

POSSE DOS NOVOS ACADÊMICOS EM 2004

Cerimônia de posse, em 01/06/2004

Saudação aos Acadêmicos, pelo Acadêmico Umberto Cordani

Discurso de Posse dos Novos Acadêmicos em 2003

Academia Brasileira de Ciências

Acadêmico Umberto Giuseppe Cordani

01 de junho de 2004

Agradeço à Diretoria da Academia Brasileira de Ciências pela honra, responsabilidade e principalmente o privilégio de saudar, em nome da Academia, seus novos membros.

Para qualquer de nós, acadêmicos, é um orgulho pertencer à Academia. Desde seu início em 1916, ela vem mantendo uma atuação incansável em prol da Ciência brasileira. Como parte do sistema de Ciência e Tecnologia, tem sido um importante organismo de assessoramento para o governo brasileiro, nos projetos, estudos e demais atividades de coordenação das agências governamentais. Apenas para dar alguns exemplos, esteve presente na origem do CNPq em 1950, do próprio Ministério da Ciência em 1985, e possui assento no atual Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

A Academia compreende praticamente todas as áreas do conhecimento. Há poucos anos, apenas as áreas clássicas estavam representadas. Como as questões globais e as dificuldades maiores da sociedade moderna começaram a exigir abordagens interdisciplinares, e de larga abrangência, a academia reagiu. Eu estava na comissão de seleção quando começamos a discutir alguma subdivisão na sessão de Ciências Biológicas, e uma possível abertura para as Ciências da Engenharia. Em seguida, a ABC abriu espaço para as ciências agrárias, da saúde, e finalmente as humanas e sociais. Desta forma, ensejou uma maior diversificação de competências e talentos, e ampliou grandemente o seu espectro de atuação,

O avanço da Ciência e da Tecnologia é um dos mais extraordinários empreendimentos da humanidade. O mundo material que observamos ao nosso redor é uma visível manifestação disto, como resultado da aplicação cada vez mais rápida do conhecimento e das descobertas resultantes, pelo desenvolvimento tecnológico.

O progresso da Ciência propiciou o surgimento das sociedades industriais modernas, caracterizadas pela riqueza, e pela expectativa de que esta estaria sempre disponível para todos. Aumento na produção de alimentos, melhora nos sistemas preventivos de saúde, avanços na medicina, energia disponível de muitas formas diferentes, comunicações em tempo real, etc. etc. Por outro lado, isto também levou à sociedade de consumo, pela expectativa de que os bens materiais e o conforto estariam sempre disponíveis para todos. Os altos padrões de consumo do mundo desenvolvido, e as aspirações de continuar com o mesmo modelo de desenvolvimento levaram às conhecidas pressões sobre o ambiente, que discutirei adiante.

Com os avanços da Ciência e Tecnologia, surgiram também problemas, muitos deles no plano ético. Poluição, degradação ambiental, armamentos e guerras, bomba atômica. Muitos culpam a própria ciência, e seus progressos, por tais problemas globais, para os quais a humanidade, como um todo, foi despertada. Para nós, que acreditamos na Ciência, os prejuízos e as dificuldades apontadas não foram e não são causadas pelo conhecimento, em si. Tais dificuldades surgiram, isto sim, pelo mau uso que dele fizeram, e fazem, os detentores de poder, em quaisquer níveis, ao determinarem os procedimentos e os mecanismos que regem as ações humanas. Para mim, a esperança para um futuro melhor reside em desenvolvimento adicional de C & T, para que novos caminhos de desenvolvimento, mais seguros e sustentáveis, sejam conferidos à humanidade.

A meu ver, a Ciência brasileira está cumprindo bem o seu papel, com investimentos bem sucedidos e formação de pessoal de grande competência. Exemplos não faltam: as atividades do Laboratório de Luz Síncrotron do MCT, a fixação de nitrogênio nas gramíneas, pela Embrapa, a caracterização do genoma da *Xylella fastidiosa* pelo consórcio coordenado pela FAPESP, a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas pela Petrobrás, e muitos outros. A capacitação nacional em C & T não existiria se o país não tivesse apostado, principalmente a partir dos anos 70, com os investimentos das agências governamentais de fomento, e também com os programas de pós-graduação das universidades. Considero que o investimento global atual, pouco mais do que 1% do PIB, ainda é pequeno. Entendo que o governo esteja fazendo o seu papel, mas o investimento privado ainda deixa muito a desejar.

Entendo que a Academia também está cumprindo o seu papel, induzindo, incentivando e coordenando muitos projetos de interesse nacional. Mais do que isso, ela representa a Ciência brasileira com grande competência nos foros científicos internacionais. Por exemplo, cientistas brasileiros ocupam posições de destaque, no Executive Board do ICSU, o Conselho Internacional de Ciência, na Secretaria Geral da TWAS, a Third World Academy of Sciences, no Inter-Academy Panel e no Inter-Academy Council, bem como em muitos programas internacionais setoriais, como (desculpem-me pelas siglas) o IGCP, o IHDP, o PICG, o WCRP, o Diversitas, etc.

Voltemos à questão ambiental.

Ela assumiu importância fundamental a partir dos anos 60, época em que despertou-se a consciência de certos grupos de ação para os problemas globais do planeta. Que problemas são esses? Crescimento populacional, qualidade da água potável, rejeitos tóxicos e radioativos, perda de biodiversidade, esgotamento de recursos energéticos, mudanças climáticas e aquecimento global, etc. etc. Em outras palavras, o planeta é finito e encontra-se em vias de saturação.

Preocupações com o futuro da humanidade, em vista da expansão populacional, da limitação dos recursos naturais, e da insegurança alimentar já existiam desde muito tempo, pelo menos desde o ensaio de Malthus de 1778, mas começaram a ser equacionadas apenas nas últimas quatro décadas. O Relatório Brundtland para as Nações Unidas, de 1987, foi publicado como um livro, “Nosso futuro comum”, um “best seller” de ampla repercussão, que levou a ONU a organizar, aqui no Rio, a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Esta acabou sendo a maior reunião de chefes de Estado da história da humanidade, com visibilidade sem precedente na mídia internacional, fazendo com que a questão ambiental, e suas relações com desenvolvimento, se tornasse assunto familiar, discutido em qualquer situação, no mundo inteiro, não podendo mais ser ignorado por quaisquer governos, ou por qualquer pessoa envolvida com políticas públicas.

O conceito de “desenvolvimento sustentável”, caracterizado no Relatório Brundtland, foi incorporado nas decisões resultantes da Rio-92. Ele caracteriza uma situação de justiça social, para a humanidade, em que todas as necessidades básicas da presente geração, e alguns de seus desejos, estejam satisfeitos, sem prejuízos para as gerações futuras. Em outras palavras, haveria melhoria na qualidade de vida das populações, certo equilíbrio de desenvolvimento socio-econômico, mantida a qualidade do ambiente, e assegurada a integridade e o controle dos recursos naturais essenciais, tais como água, energia e alimentos.

O documento principal da Rio-92, a Agenda 21, possui extrema relevância. Para ser preparado levou pelo menos dois anos de discussões entre governos, e em sua essência inclui os princípios básicos necessários para atingir uma situação de sustentabilidade para o planeta, através de soluções pragmáticas e bastante realísticas para os problemas globais diagnosticados. Nesse aspecto, a Agenda 21 é um programa de ações cobrindo os temas de desenvolvimento e ambiente de maneira integrada, e sugerindo o emprego de tecnologias ambientalmente “limpas”, como por exemplo agricultura regenerativa, reciclagem industrial, proteção dos recursos hídricos, dos ecossistemas frágeis, dos recursos dos oceanos, dos solos aráveis etc.

Além disso, a Rio-92 demonstrou que conservação e proteção do ambiente, desenvolvimento socio-econômico e erradicação da pobreza são elementos absolutamente interligados.

Anos mais tarde, qual é a situação perante as metas que nela foram postuladas? Lamentavelmente, os progressos foram muito pequenos. Houve muita discussão a respeito de clima, biodiversidade, população, economia, recursos, etc., todavia a agenda da ONU acabou sendo tomada muito mais pelos conflitos mundiais que ocorreram e continuam ocorrendo, e menos com as questões ambientais. Foram poucas as ações do Global Environmental Facility (GEF), o principal instrumento financeiro que o Banco Mundial deveria colocar a disposição de programas de desenvolvimento, e os países doadores não cumpriram suas metas e compromissos de ajuda externa. Além disso, a maioria dos países em desenvolvimento, em especial os emergentes de maior território, como a China, o Brasil, a Índia, cresceram em população e economia, passaram a consumir mais recursos naturais, e a situação ambiental global tornou-se mais crítica.

Na reunião de Johannesburg em 2002, dez anos após a Rio-92, a maior parte das recomendações foi um déjà vu em relação ao que constava da Agenda 21, ou ao que foi discutido em outras reuniões da ONU mais recentes. Ficou claro em Johannesburg que as metas da Agenda 21 e das convenções estabelecidas na Rio-92 nada perderam de sua urgência. Entretanto, nas discussões havidas, foram muito fortes as discordâncias entre os países desenvolvidos, que lá foram pouco dispostos a adotar metas precisas e a fixar datas, e aqueles que, como o Brasil, fizeram o possível para que os princípios acordados na Rio-92 não virassem letra morta.

A dificuldade fundamental para a obtenção de uma situação de sustentabilidade global é a expansão populacional.

Foram necessárias talvez umas 100.000 gerações para que o Homo Sapiens atingisse uma população de cerca um bilhão de pessoas, no início do século XX. Presentemente, cem anos depois, estamos com mais de seis bilhões. A questão essencial é a seguinte: a Terra é finita e os seus sistemas de suporte para a vida são limitados. Para quantas pessoas os recursos terrestres seriam suficientes para uma vida decente? Apesar de todas as advertências, desde Malthus, até o Clube de Roma e o Relatório Brundtland, parece que não escaparemos do fato de que a população mundial praticamente dobrará dentro de quatro ou cinco décadas. As projeções efetuadas pelos organismos apropriados das Nações Unidas indicam que em meados deste século a população mundial talvez atinja uma situação de “steady state” com cerca de dez ou onze bilhões de pessoas. Há cenários piores.

É óbvio que, globalmente, nossos padrões de consumo são seguramente não-sustentáveis.

No mundo inteiro, é essencial que seja despertada a consciência da necessidade de modificar os padrões atuais do que se chama “desenvolvimento”, tendo em vista o desperdício embutido no sistema, e o consumo exagerado de recursos naturais e energéticos. Com nosso planeta “finito”, e com seus recursos a diminuir continuamente, como será possível administrar uma vida “decente” para dez ou onze bilhões de pessoas? Em seu caminho para o desenvolvimento sócio-econômico, os países emergentes, como o Brasil ou a China, não poderão repetir os padrões não-sustentáveis dos atuais países industrializados. Ao mesmo tempo, estes deverão deixar de pensar que o “desenvolvimento sustentável” é algo que não lhes diz respeito e deve ser buscado apenas no Terceiro Mundo. Além disso, seguramente terão que reduzir a sua pressão sobre os recursos do planeta. Em conclusão, a utopia de uma sociedade globalmente sustentável somente poderá ser aproximada se houver algum tipo de compromisso social, baseado em princípios éticos e de solidariedade humana.

Como aspectos quem sabe na direção correta, muitos países e muitos governos, inclusive o brasileiro, incrementaram suas atividades relativas ao ambiente. Além disso, muitas organizações não-governamentais regionais, nacionais e internacionais foram criadas e expandiram-se no mundo todo, e suas ações crescem continuamente. A esperança num horizonte ideal de sustentabilidade global não pode ser considerada perdida.

Qual é, na questão ambiental, o papel da Ciência e da Tecnologia?

A responsabilidade da comunidade científica é muito grande, no sentido de aplicar o conhecimento de modo a garantir sustentabilidade. As realidades sobre população, energia, alimentos, segurança, etc., estão aí.. Cabe à Ciência identificá-las, quantificá-las, determinar seu grau de incerteza, avaliar as implicações possíveis, reduzir os mecanismos causadores adversos e indicar os caminhos do desenvolvimento à

sociedade dentro dessas limitações. Além disso, embora a Ciência seja obviamente importante em si mesma, os Cientistas têm que reconhecer que fazem parte da sociedade e devem contribuir para certas transformações sociais, essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Ao abordarmos a questão ambiental, pouco acima, foi explicitada a necessidade de um compromisso social, baseado em questões de ética e de solidariedade humana. Ao mesmo tempo, ao examinarmos a situação presente da sociedade globalizada, verificamos que seus paradigmas são justamente os de uma sociedade de consumo, com seus desperdícios e suas injustiças sociais. Seria possível imaginar que os mercados livres, mesmo que sejam capazes de promover certo crescimento econômico, possam tomar conta dos aspectos sociais necessários para atingir aquela sociedade sustentável equilibrada, mencionada pouco antes? Seria possível induzir sentimentos de solidariedade e de responsabilidade comum nos diversos segmentos de poder econômico, para que eles sacrifiquem alguns de seus objetivos particulares no sentido de favorecer o bem-estar comum? Não creio que no momento existam boas respostas para as perguntas acima. Por outro lado, torna-se essencial que as tendências atuais, socialmente injustas e ambientalmente não-sustentáveis, possam ser invertidas, segundo os princípios da Agenda 21, o quanto antes, possivelmente no decorrer das próximas duas ou três décadas.

Em síntese, cabe à Ciência e aos cientistas modelar a natureza das mudanças necessárias, reduzir incertezas, e acima de tudo fornecer análises para a busca dos novos caminhos para o desenvolvimento. A visão dos planejadores deverá ser o mais possível holística, necessitando da integração de conhecimentos e da experiência de muitas áreas da Ciência e da Tecnologia, engenheiros, biólogos, físicos, químicos, economistas, cientistas sociais, além de profissionais das Ciências da Terra.

Na Academia Brasileira de Ciências, faço parte justamente da Sessão de Ciências da Terra.

Geologia, Geofísica, Oceanografia, Ciências Atmosféricas. De um modo geral, estas ciências não fazem parte da cultura popular, visto que poucos programas de Ciências da Terra estão contidos no ensino pré-universitário. Entretanto, para a questão ambiental, e para o conhecimento global do funcionamento do planeta, as Geociências possuem posição central e integradora, ao fornecerem os elementos factuais a respeito de sua superfície, seus ambientes, relevo, clima, solos, águas territoriais, etc. e dos processos naturais relacionados. Para mim está claro que sua importância será crescente para o adequado equacionamento dos problemas relacionados com o ambiente. Os cientistas e profissionais das Geociências serão fundamentais, como já o são, pelo seu papel esclarecedor para muitas das questões levantadas. Como exemplo, posso relacionar o contínuo monitoramento da dinâmica do planeta, a busca e o gerenciamento de recursos minerais, hídricos e energéticos para 10 ou 11 bilhões de pessoas, a conservação dos solos aráveis e dos reservatórios de água subterrânea, e a mitigação das catástrofes naturais.

A meu ver, um dos melhores exemplos da aplicação das Ciências da Terra em problemas ambientais, no Brasil, é o programa LBA, o "Experimento de grande escala da biosfera-atmosfera na Amazônia", cujo objetivo principal é o de entender o funcionamento dos ecossistemas maiores da região Amazônica, e como são afetados pelas mudanças no uso da terra e do clima. O programa já está envolvendo mais de 1000 cientistas, e está produzindo conhecimentos cruciais sobre a dinâmica da floresta, e suas interações com a atmosfera, as águas e os solos regionais. Além disso, em poucos anos, já está conseguindo integrar cientistas de diversas áreas temáticas e de diversas regiões brasileiras, e proporcionando a capacitação institucional e a formação de recursos humanos na região Amazônica num nível sem precedentes.

Para mim está claro que, para os problemas ambientais, torna-se cada vez mais crítico o planejamento correto das ações de desenvolvimento, visto que o sistema terrestre é complexo, com infinitas conexões entre seus componentes. Tal planejamento é necessário para evitar decisões ambientais equivocadas, que poderiam levar a situações desastrosas a médio ou longo prazo, ou que viriam a exigir enormes investimentos no futuro para a sua remediação. Tomar decisões corretas é crucial, até para reverter certas tendências ambientalmente não sustentáveis, de modo que o entendimento dos processos que fazem funcionar o Sistema Terra é absolutamente necessário. Daí a importância fundamental das Ciências da Terra e de seus cientistas e profissionais.

Para encerrar, permitam-me dizer algumas palavras diretamente aos novos acadêmicos.

Caro colegas,

Vocês foram eleitos pelo mérito de suas contribuições à Ciência ou à Tecnologia. Suas biografias vem enriquecer enormemente os quadros da Academia Brasileira de Ciências, e as expectativas com seu próximo desempenho são muito positivas.

Espero que vocês possam dedicar-se à Academia sempre que possível, ajudando-a a pensar os grandes problemas nacionais, e participando de ações relevantes no melhor interesse do Brasil. Assumam seu novo papel, suas novas responsabilidades, pois são muitas as oportunidades de contribuir. Nossa tarefa principal, como acadêmicos, é fazer com que as ações da Ciência e da Tecnologia possam traduzir-se em benefícios para todos os brasileiros.

Em nome dos acadêmicos mais antigos, saúdo os recém chegados, dando-lhes as boas vindas na Academia Brasileira de Ciências.

Discurso dos recém-empossados, pelo Acadêmico Celso Lafer

Discurso de Posse dos Novos Acadêmicos em 2004

Academia Brasileira de Ciências

Acadêmico [Celso Lafer](#)

01 de junho de 2004

Discurso em nome dos recém empossados

E, ao mesmo tempo, uma honra e uma satisfação poder agradecer, em nome dos novos acadêmicos eleitos na Assembléia Geral de 30 de janeiro de 2004, a grande distinção representada pelo nosso ingresso e posse na Academia Brasileira de Ciências, uma instituição cujo acervo de serviços prestados à ciência e ao nosso país cabe, uma vez mais, realçar nesta solenidade. A Academia tem a autoridade de ser e preservar, num " lieu de mémoire ", a função e o papel da ciência na vida nacional.

Os novos membros titulares provém de diversas áreas: ciências físicas, químicas, da terra, biológicas, biomédicas, da saúde, agrárias, da engenharia, além das humanas. Atestam, pelos méritos que possuem nos seus respectivos campos, uma nota indispensável para o avanço do conhecimento no mundo contemporâneo, que a Academia reconhece e consagra na sua visão das coisas: a interdisciplinaridade . A Assembléia Geral de 30 de janeiro de 2004 também elegeu ilustres membros estrangeiros e a sua incorporação à Academia assinala a dimensão da universalidade do conhecimento, que também é parte da visão das coisas da nossa instituição.

A palavra academia, como sabem, vem do grego pelo latim, era o jardim de Academo -herói ateniense -no qual Platão ensinava. Daí a acepção de sociedade ou congregação com caráter científico, literário ou artístico, como registra o dicionário de Houaiss, que exemplifica esta acepção na nossa língua mencionando a Academia Brasileira de Ciências.

O congregar para o conhecer passa pelo convívio acadêmico – e uma das notáveis características da nossa Academia é a acepção ampla da convivência. Com efeito, num mundo como o de hoje, que opera através de redes, uma das importantes dimensões da atividade da Academia Brasileira de Ciências tem sido a construção de redes. Este é o significado do amplo leque de convênios para o intercâmbio científico, entre os quais lembro os celebrados com instituições congêneres do Japão, da França, da Inglaterra, da Índia, da China e não quero deixar de mencionar o trabalho que vem sendo feito para promover a interação com as instituições do Terceiro Mundo. Neste sentido, destaco a grande conferência, realizada em 1997, no Rio, da qual a Academia Brasileira de Ciências foi a anfitriã. Nesta ocasião, o tema em pauta foi o das contribuições da Ciência para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe.

Lembro o tema discutido naquela ocasião por duas razões. A primeira é de ordem geral. Diz respeito a uma linha de atuação da nossa Academia que me parece altamente meritória. Ela é dada por um permanente esforço de traduzir a atividade de congregar cientistas para ampliar o conhecimento através da interação, numa utilidade mais ampla, voltada para a prestação de serviços à comunidade. Com efeito, no rol das atividades da Academia Brasileira de Ciências, inclusive as de representação em organismos internacionais como o "International Council of Scientific Union"; o "World Climate Programme"; o "Inter American Panel on International Issues", assim como nos projetos que vem conduzindo, verifica-se o empenho de fazer do conhecimento um caminho para o progresso e a melhoria da condição humana – um valor das "luzes" da Ilustração, que na condição de membro integrante do campo das ciências humanas não posso deixar de registrar e aplaudir.

A segunda razão é de ordem pessoal mas tem um alcance geral. Na pauta das atividades da Academia Brasileira de Ciências, um dos temas importantes é a interdisciplinar contribuição da ciência para o entendimento do desenvolvimento sustentável -da mudança ambiental global, das avaliações integradas, das fontes energéticas alternativas. Em 1992, por ocasião da Conferência do Rio sobre meio-ambiente e desenvolvimento, e em 2002, por ocasião da Conferência de Johannesburgo, que foi a conferência de avaliação da Eco-92, no exercício das responsabilidades de Ministro de Estado da Relações Exteriores, tive o privilégio de contar com a colaboração da Academia no processo de formulação das posições brasileiras. A contribuição da Academia foi da maior importância. Aproveito, assim, para reiterar os meus agradecimentos aos professores José Israel Vargas e Eduardo Moacyr Krieger, que atuaram pela nossa Instituição nestes dois momentos e que conduziram a interlocução com o governo com alto sentido das responsabilidades da ciência no trato deste tema global, que pressupõe a idéia reguladora kantiana de uma razão abrangente da humanidade. Destaco esta experiência porque ela é paradigmática da contribuição que a Academia vem dando aos governos democráticos do nosso país, que não podem prescindir de uma pluralista abertura à sociedade na gestão dos destinos nacionais.

Permito-me, ao ir concluindo, lembrar, a propósito do tema da interdisciplinaridade e do relacionamento de quem vem da área de humanas com as outras áreas representadas na nossa Academia que, em 1989, chefiar a delegação brasileira e presidi a 10ª Sessão do Comitê Intergovernamental para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia da ONU. Essa Sessão tinha como objetivo avaliar a Conferência de Viena de 1979 que tratou do tema. A minha experiência de 1989 confirmou dois aspectos básicos da minha visão do mundo, hauridos na Universidade de São Paulo, na qual estudei e da qual sou professor desde 1971 e na minha vivência empresarial na Metal Leve, que sempre fez da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico um ingrediente de sua identidade. São eles: (i) convicção de que o controle de uma sociedade sobre o seu próprio destino, no mundo contemporâneo, passa pela capacitação científica e tecnológica e (ii) que o processo de construção desta capacitação requer o vigor e a qualidade dos " stock-holders " que a promovem e constroem. A Academia Brasileira de Ciências é, desde a sua origem, um dos grandes " stock-holders " deste processo em nosso país. Por isso, integrá-la como membro é não só uma honra como também uma responsabilidade. Disso temos – os que hoje tomam posse -ciência e consciência, e é em nome de todos que agradeço as palavras do Prof. Umberto Giuseppe Cordani, que nos saudou nesta solenidade e que, na sua palavra e ação como professor da USP, se inspira no lema ." Scientia Vincet ".

Discurso do Presidente da ABC, Acadêmico Eduardo Moacyr Krieger

Discurso de Posse dos Novos Acadêmicos em 2004

Academia Brasileira de Ciências

Presidente da ABC, Acadêmico Eduardo Moacyr Krieger

01 de junho de 2004

Discurso do Presidente da Academia Brasileira de Ciências

Ao final da cerimônia desta noite, deve ser destacado o seu significado maior. Criada há 88 anos, nossa Academia cumpre hoje aquilo que faz anualmente e que se constitui em uma das suas tarefas maiores: eleger entre os melhores cientistas nacionais, em cada uma das áreas do saber, aqueles que irão integrar os seus quadros, premiando assim a excelência e exercendo o papel de ser o referencial de qualidade da Ciência em nosso país. Aos novos membros, renovamos as boas-vindas dadas em nome de nossa Casa pelo Prof. Cordani. Contar em seus quadros com os melhores cientistas é o pré-requisito indispensável para que as Academias de Ciências cumpram, em cada país, a sua missão: promover a Ciência e zelar para que ela beneficie a Sociedade. Os princípios que nortearam a criação das Academias de Ciências da Itália, da França e da Inglaterra, há 400 anos, portanto, não mudaram. Essas Academias foram criadas por atos governamentais com a missão explícita de servir à Sociedade. O mesmo aconteceu com a National Academy of Sciences dos Estados Unidos, criada por decreto do Presidente Abraham Lincoln com o mandato de servir ao país e prestar serviços ao Governo em assuntos relacionados com a Ciência. Nossa Academia, criada em 1916, não recebeu um mandato oficial, mas pela sua atuação e pela excelência de seus quadros vem sendo reconhecida como entidade inteiramente dedicada a promover a Ciência e trabalhar para que a sua aplicação se faça em benefício de nosso país. De forma crescente nas últimas décadas, aumentou a preocupação dos cientistas para que a Ciência, e os benefícios que dela se originam, sejam compartilhados pela humanidade como um todo e não só por aquela parcela que vive nos países industrializados. Já Abdus Salam, Prêmio Nobel e criador da Third World Academy of Sciences – TWAS, dizia: “a criação, o domínio e a utilização da Ciência moderna são o que basicamente diferenciam os países do sul e do norte”.

Significativamente, na reunião da TWAS em outubro último em Pequim, quando foram celebrados os vinte anos de sua criação, o tópico principal foi “Ciência para o Desenvolvimento”. Da Declaração de Pequim, podemos destacar que: “a missão principal da Ciência e Tecnologia é a sua capacidade de prover soluções e promover o desenvolvimento econômico e social e que o desenvolvimento sustentável deve ser nutrido pelo suporte constante e sistemático da pesquisa básica e da educação, que constituirão elementos fundamentais das políticas governamentais”. Portanto, mais uma vez, foi acentuado que o desenvolvimento em nossos dias depende da aplicação e do uso dos instrumentos de Ciência e Tecnologia e que para isto a Educação e a Pesquisa Básica são indispensáveis. Também na Assembléia do InterAcademy Panel (IAP), em dezembro último no México, o lema foi “Ciência para a Sociedade” e a declaração assinada pelas 65 Academias de Ciências dos diferentes países do mundo, industrializados e em desenvolvimento, renova o compromisso de desenvolver programas conjuntos, de âmbito internacional e que beneficiem diretamente a humanidade.

É com satisfação que constatamos na reunião do IAP no México o quanto essa entidade já fez e está fazendo para reforçar o papel das Academias em cada um dos países, com o apoio e suporte das demais, pelos benefícios advindos da troca de experiências e de uma interação permanente estabelecida a partir da secretaria existente em Trieste, junto à TWAS. Nossa Academia teve um papel relevante na criação e organização do IAP. Tendo concluído no México o mandato de três anos na co-presidência, nossa Academia apresentou a candidatura da Academia de Ciências da China, que foi eleita por unanimidade. Na renovação do mandato para as onze vagas no Comitê Executivo a ABC foi eleita com a maior votação de todas.

Também no México, consolidamos a criação da rede Inter-Americana de Academias de Ciências, iniciada em setembro último em Washington, em reunião convocada pela OEA. Há poucas semanas, no Chile, a rede se reuniu oficialmente pela primeira vez e a nossa Academia, e a Academia de Ciências do Canadá foram eleitas para coordenar a rede. Elegeram-se, também, os dois programas que serão desenvolvidos pela rede: o de Educação em Ciências e o de Águas, que já haviam sido oficialmente escolhidos como programas oficiais do IAP na reunião do México. Aí, a nossa Academia foi designada para liderar o programa sobre Águas.

A partir da bem sucedida atuação do InterAcademy Panel, e de sua relevância foi criado o InterAcademy Council com expressiva representação dos países industrializados, como os Estados Unidos, Inglaterra, França e Japão, e dos países relativamente mais avançados dentre aqueles em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia, África do Sul e México, além da TWAS com o objetivo de se dedicar a estudos aprofundados de temas complexos e de relevância mundial. O primeiro deles realizado por solicitação do Secretário Geral das Nações Unidas – Kofi Annan, “Inventando um Futuro Melhor para Todos os Povos – A necessidade de promover o fortalecimento de C&T em nível mundial”, foi lançado com o apoio unânime do IAP em sessão especial das Nações Unidas em fevereiro passado. O documento foi elaborado por um expressivo painel internacional, tendo como um de seus presidentes um membro da diretoria da ABC. Muitas medidas concretas são propostas assim como são apresentadas muitas histórias de sucesso na implantação e execução de programas de C&T nos diversos países, vários deles relativos ao Brasil como os Fundos Setoriais e os Institutos do Milênio. Nova geografia científico-tecnológica é enfatizada: Brasil, China, Índia, África do Sul e México, entre outros, devem compartilhar a responsabilidade pelo fortalecimento de C&T com os países de sua região e, de modo geral, com os países relativamente menos desenvolvidos, como é o caso da grande maioria dos países africanos. As Academias destes e outros países, com o apoio de seus governos, em especial no caso do Brasil com o apoio do MCT e suas agências CNPq e FINEP, estão promovendo o lançamento de um amplo movimento pela implantação ou expansão das medidas propostas neste importante documento. Como resultado dessa mobilização, os cinco países acima mencionados já se comprometeram a oferecer anualmente cada um deles 50 bolsas de doutorado e pós-doutorado a serem usufruídas em suas instituições para candidatos qualificados de outros países em desenvolvimento, a serem administradas em conjunto com a TWAS.

Ainda no âmbito da inserção da Ciência Brasileira no cenário internacional, continuamos interagindo com o Governo na busca permanente de ampliá-la e adensá-la. A convite do Itamaraty, a Academia participou do Simpósio realizado em janeiro último em Nova Delhi, por ocasião da visita do Presidente Lula à Índia, discorrendo sobre o intercâmbio científico Brasil-Índia. Na reunião da TWAS em outubro último em Pequim colaboramos nos contatos feitos pelo Ministro Amaral com a Academia da China.

Passados quase dez anos, a integração das Academias de Ciências, promovida pelo IAP, é uma realidade, que vem facilitando o intercâmbio e promovendo as ações para que a Ciência realmente tenha expressão universal. O último documento elaborado pelo IAP e assinado por 64 Academias de Ciências defendeu a clonagem com fins terapêuticos, banindo a clonagem com fins de reprodução. Nossa Academia vem contribuindo nas discussões do projeto de lei sobre Biossegurança conforme foi descrito no programa realizado ontem à tarde.

No âmbito nacional, continuamos trabalhando para a institucionalização e o aperfeiçoamento do sistema de CT&I, condição indispensável para expandir a base científica nacional, ainda insuficiente, e promover o desenvolvimento social e econômico ambicionado por todos tornando-a uma Política de Estado e não só de governos. O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, o CCT, graças aos esforços dos Ministros Roberto Amaral e Eduardo Campos, reiniciou as suas atividades regulares em setembro último, já tendo realizado três reuniões plenárias presididas pelo Presidente Lula. Do trabalho das seis comissões temáticas, já resultaram várias sugestões apresentadas ao Presidente da República, entre elas a revisão do PPA para 2005, visando a determinar as prioridades de CT&I, articular as ações dispersas nos vários Ministérios e Agências, integrar os esforços federais e estaduais e otimizar as ações do setor público com o setor privado; em suma, otimizar os recursos disponíveis, adotando uma visão mais racional e abrangente do sistema nacional de CT&I, acompanhada sempre de avaliação de resultados e revisão periódicas das prioridades estabelecidas. Participamos da elaboração da Lei de Inovação, ora em discussão no Congresso, e das propostas encaminhadas pela Comissão de Inovação ao CCT para remover os gargalos, particularmente os legais e burocráticos, que dificultam a inovação no setor industrial. Nosso envolvimento foi reafirmado no simpósio que realizamos na manhã de hoje. Juntamente com a SBPC, estamos trabalhando para o descontingenciar as verbas dos Fundos Setoriais, que, acumuladas, já atingem a soma considerável de alguns bilhões de reais. Com satisfação, participamos do Seminário organizado pelo MCT, no dia 18 último, quando o Ministro Eduardo Campos anunciou as medidas de aprimoramento da Gestão dos Fundos Setoriais e da definição das políticas para sua atuação. . Em novembro do ano passado, em colaboração com a SBPC, reunimos no escritório da Academia em Brasília os representantes da comunidade científica nos diferentes fundos para discutir prioridades e diretrizes. Continuamos insistindo para que os Fundos mantenham a filosofia definida na sua criação, que é a de atender a cadeia completa do conhecimento. Resolver problemas setoriais, aplicando o conhecimento, sim, esta é a missão primordial, mas aplicar o conhecimento existente requer também criar novos, incentivando a Ciência em áreas estratégicas do Setor e, seguramente, criar e aplicar conhecimento significa necessariamente contar com recursos humanos qualificados.

Nos incentivos para acelerar a inovação na indústria, especialmente naqueles projetos de cooperação Universidade-Empresa, é conveniente contemplar também a possibilidade de aproveitar os novos doutores. A princípio, concedendo-lhes bolsas na expectativa da absorção definitiva, quando as empresas, convencidas dos benefícios, decidirem criar os seus núcleos de pesquisa e desenvolvimento. Um a boa idéia defendida pelos Acadêmicos Percebe Reinach hoje no seminário é facilitar a contratação dos doutores pela isenção governamental de encargos trabalhistas. Deve ser destacado que nos países industrializados, 70 a 80% dos doutores formados são empregados pela indústria, o que não está acontecendo aqui, apesar de estarmos formando um número expressivo de novos doutores anualmente.

Até um passado recente, o cidadão podia exercer plenamente os seus direitos e deveres com um mínimo de conhecimento sobre as ciências. Hoje, ele está imerso em Ciência e Tecnologia e nas suas consequências: a expectativa de vida aumenta continuamente, porque temos mais e melhores alimentos, medicamentos e conhecemos, com o advento da genômica, muito melhor os segredos da vida. Surgem novos empregos e profissões, baseadas em conhecimentos recentes e, simultaneamente, muitas profissões são extintas e vários empregos desaparecem simplesmente porque as atividades correspondentes não têm mais importância econômica, estratégica ou social. Por isso, todo cidadão de hoje precisa ter uma educação científica que o capacite, pelo menos, para entender o que se passa ao seu redor. Ele tem de tomar decisões complexas que exigem informação sobre a Ciência, sobre a natureza do conhecimento científico e sobre a suas limitações e potencialidades. Daí, o envolvimento da nossa Academia juntamente com as Academias de Ciências de todo mundo no ensino de Ciências. Em 2004, os programas apoiados pela Academia terão um rápido crescimento, mas ainda há muito por fazer para atingir os 35 milhões de estudantes brasileiros que necessitam aprender ciências. Nossa Academia está participando da construção de um pacto nacional por um ensino de ciências universal, moderno e de alta qualidade. Momento importante desta construção foi a concorrida reunião da qual participou nossa Academia convocada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados do dia 27 último. Esta semana, vinte professores brasileiros de vários estados estarão na França sendo treinados no programa La Main à la Patê que coordenamos no país em cooperação com a Academia Francesa. Juntamente com o ensino de ciências devemos igualmente aumentar nossa participação na difusão e popularização da Ciência.

É oportuno falarmos também do fortalecimento da ABC. Como vemos, muitas outras responsabilidades vêm se somando à histórica e mantida missão da ABC de promover a Ciência e defender a liberdade de pesquisa. A manutenção destas atividades, a consolidação das iniciativas e a ampliação da inserção nacional e internacional da ABC, demandam o fortalecimento da infra-estrutura da nossa Academia e, sobretudo, o aumento da participação dos acadêmicos. A operação do escritório em Brasília vem se transformando num ponto focal para conduzir as relações da Academia com o Executivo e o Legislativo. A responsabilidade da estrutura da ABC, incluindo a sua diretoria, é múltipla, abrangendo catalisar a formação de grupos de trabalho que formulem propostas em áreas de interesse nacional e identificar, dentre as propostas apresentadas por acadêmicos, aquelas que devem ser transformadas em Projetos da ABC. Neste sentido, também, a ABC deve se transformar crescentemente numa organização que, ao elaborar estudos e projetos nascidos por demanda dos poderes públicos, fortalece a sua capacidade de catalisar projetos vindos da comunidade. Queremos agradecer a parceria que historicamente mantemos com o MCT e suas agências, CNPq e FINEP e outras que estão sendo recriadas ou reforçadas como as que estamos negociando com o MEC e com o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, inclusive com o BNDES, dentre outros.

A linha da história requer que os cientistas mais jovens estejam conscientes da importância da ABC, pois serão eles os responsáveis por manter e elevar o impacto de nossa Casa. Por isso, devemos organizar ainda este ano um encontro interdisciplinar de cientistas jovens, indicados pelas áreas do conhecimento da academia, para formar desde já, com os melhores quadros, o necessário contacto entre eles e a ABC.

Ao terminar, uma última mensagem aos novos acadêmicos, que recebemos hoje, e também àqueles que chegaram há mais tempo. Nossa preocupação crescente para que o uso do Conhecimento se faça exclusivamente em benefício do homem, promovendo o desenvolvimento sustentável, evitando a degradação do meio-ambiente, assegurando às gerações futuras melhores condições de vida, contribuindo para diminuir as desigualdades, enfim a Ciência para a Sociedade, é legítima e deve ser incentivada. Isso não exclui, mas, ao contrário, exige que

nos dediquemos cada vez mais a promover a Ciência de qualidade, batalhando para que a excelência e o mérito sejam os critérios prevalentes no julgamento das questões científicas e universitárias; enfim, é praticando a boa Ciência e respeitando a ética que mantemos a credibilidade indispensável para influenciar o desenvolvimento científico do país. Ainda é necessário expandir a base científica nas diferentes regiões do país aumentando o número de institutos e universidades qualificadas cientificamente, aumentar o número e a qualidade dos grupos de pesquisa melhorando as condições de trabalho dos cientistas, contribuir para o desenvolvimento de um eficiente sistema nacional de CT&I, participar ativamente na educação de ciência em todos os níveis e lutar para que a importância estratégica da Ciência seja reconhecida pela nossa Sociedade, como o é nos países desenvolvidos. Esses são alguns dos nossos grandes desafios.

Finalmente, não devemos nos esquecer que o Conhecimento sempre foi considerado um patrimônio da humanidade e que a difusão das novas descobertas desconhece fronteiras. Portanto, a Ciência e a comunidade científica podem, e devem ser consideradas, como importante elo de aproximação dos povos e um instrumento nobre e efetivo para promover a fraternidade universal. Os riscos de conflitos provocados por choques de civilizações ou credos religiosos poderão ser, em parte, superados quando a Educação e o Conhecimento forem mais equitativamente distribuídos entre os povos, permitindo que cada país conte com um mínimo de capacitação científica e tecnológica que lhes assegure de uma forma genuinamente autóctone promover o seu desenvolvimento social e econômico, melhorando a qualidade de vida de sua gente.

Discurso do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos

Sessão Solene de Posse dos Novos Membros da Academia Brasileira de Ciências

Dr. Eduardo Campos, Ministro da Ciência e Tecnologia

Rio de Janeiro, 01/06/2004

Retorno a esta Casa da ciência brasileira na ocasião solene em que a ela se incorporam novos membros titulares e são também acolhidos novos membros estrangeiros. Aqui estive pela primeira logo após empossado como ministro da Ciência e Tecnologia, por decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Buscava o que encontrei: apoio, diálogo e colaboração na missão, que é de todos nós, de fazer da ciência, da tecnologia e da inovação instrumentos do desenvolvimento econômico, da justiça social e da afirmação da soberania nacional.

Saúdo os que agora aportam o seu talento e as suas realizações intelectuais à prestigiosa existência da Academia Brasileira de Ciências. Uma instituição fundada há quase um século, com a finalidade de promover, estimular e coordenar o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, em qualquer domínio do conhecimento, e que hoje inscreve-se na vanguarda das reflexões sobre temas essenciais para o futuro do Brasil.

Nesta oportunidade, não poderia deixar de registrar a honra do Ministério da Ciência e Tecnologia de contar, em seu quadro de principais colaboradores, com um dos acadêmicos hoje empossados, o professor doutor Eugenius Kaszkurewicz.

Peço permissão para saudar de maneira especial a professora doutora Nanuza Luiza de Menezes, única representante feminina entre os novos membros titulares. Embora a proporção de mulheres cientistas nesta Academia se compare favoravelmente com a das principais congêneres do Mundo, almejamos que esta proporção não pare de crescer. E assim reflita, com maior fidelidade, a importância da contribuição das mulheres para o desenvolvimento do Brasil, em todos os campos.

Há exatamente um ano, ao tomar posse como acadêmico, desta tribuna discursou o nordestino Celso Furtado. Disse o grande economista brasileiro: "As ciências evoluem graças a agentes que são capazes de atingir e ultrapassar certos limites. Não basta armar-se de instrumentos eficazes. O valor de um cientista resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem. Em muitos casos, cabe-lhe também atuar de forma consistente no plano político, portanto assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico. (...) Temos responsabilidade coletiva na construção de um Brasil melhor. Somos uma força transformadora deste Mundo. Cabe-nos, a nós, intelectuais e cientistas, balizar os caminhos que percorrerão as gerações futuras (...)".

Vejo a ação da Academia Brasileira de Ciências, ao longo de 88 anos, norteadas por estas diretrizes. Liderada por uma diretoria coesa, ela tem sido fiel à sua dimensão mais transcendental, que é a de "buscar o conhecimento pelo conhecimento", nas palavras de seu eminente presidente, o professor Eduardo Moacyr Krieger. Mas em nenhum momento recusou-se ao dever de servir à sociedade, no duplo papel de assegurar a inserção da ciência nos programas governamentais e de colaborar ativamente na formulação de políticas para o avanço científico no País.

Disto a Academia Brasileira de Ciências tem dado provas, tanto na sua atuação internacional como no âmbito interno. No plano externo, quero referir-me especificamente à atuação, serena e firme, do presidente Krieger, no marco do Painel Inter-Academias sobre Questões Internacionais (IAP), onde ocupou, até recentemente, a co-presidência, em representação dos países em desenvolvimento.

No plano interno, a Academia mantém vivo diálogo com a pasta por que sou responsável e com outros ministérios e instituições governamentais, cujas atividades apresentam forte componente de ciência e tecnologia. Tem crescente presença na sociedade civil e traz lúcida inspiração ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, locus por excelência da definição de políticas para este estratégico setor.

Por sugestão do presidente Krieger, integrante do conselho, coordena o Governo levantamento nas instâncias federal, estadual e municipal para totalizar os investimentos nacionais em ciência, tecnologia e inovação. Mantém o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o compromisso de que eles atinjam 2% do Produto Interno Bruto até o final de sua gestão.

O diálogo entre a Academia e o MCT, sobre os temas do universo de ciência e tecnologia, inclui ainda cooperação na condução de programas e projetos. Disso são exemplos o trabalho em curso para difundir e popularizar a ciência e a extraordinária contribuição que a sua diretoria e corpo acadêmico asseguraram à organização e realização da II Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, em setembro de 2001.

Realizaremos a III Conferência, em agosto de 2005, para avaliar e redefinir rumos para a ciência, a tecnologia e a inovação no Brasil. Para tanto, convoco a inestimável colaboração da Academia, que sem dúvida abrilhantará os debates com a sua inteligência e a sua capacidade crítica.

Conta também o MCT com a Academia para a realização de um projeto especialmente caro ao CNPq: a publicação de série de biografias dos mais importantes cientistas da História do Brasil, em um dos maiores esforços já realizados no País para preservação de sua memória.

Mas a Academia igualmente reivindica, no que age em favor do bem público. Foi a partir de suas reivindicações, e de instituições como a SPBC, que o Ministério da Ciência e Tecnologia articulou-se com a Receita Federal e os Correios para tornar realidade uma antiga e justa exigência dos cientistas brasileiros: a desburocratização na importação de equipamentos e insumos. O instrumento legal necessário será assinado pelo presidente da República nos próximos dias.

Com o decidido apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Ciência e Tecnologia avançou nos quatro meses decorridos desde o início da presente gestão. Estabelecemos objetivos para este período. O primeiro deles foi o de refazer o ambiente político de debate das questões da ciência, da tecnologia e da inovação, o que foi alcançado com disposição para o diálogo da parte do Governo Federal e da comunidade científica e acadêmica.

O segundo objetivo buscou assegurar recursos para os programas e projetos do MCT, alguns em curso, outros a serem desenvolvidos. O ministério não foi atingido por cortes por ocasião da revisão orçamentária. A elaboração do Plano Estratégico do MCT para o quadriênio 2004-2007 foi o terceiro objetivo atingido. Ele está subordinado ao Plano Plurianual do Governo Federal e orientado pelas conclusões da II Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia.

No Plano Estratégico, destaca-se o esforço a ser empreendido, pelo MCT e pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em favor da intensificação da inovação tecnológica no Brasil. Gostaria de compartilhar com os senhores alguns aspectos desta questão.

A inovação integra a política industrial, tecnológica e de comércio exterior lançada pelo Governo brasileiro, na condição de fator decisivo para o desenvolvimento nacional. No mundo contemporâneo, a capacidade tecnológica de um país é fator determinante da sua competitividade nos mercados globais. Para tanto, a mudança e a inovação são essenciais. E elas só podem ocorrer a partir da interação entre criadores e usuários de conhecimento. Isso deve expressar-se em novos produtos, processos, gestão e patentes.

Quando do anúncio da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, tive a honra de assinar artigo, juntamente com os ministros José Dirceu, Antonio Palocci Filho e Luiz Fernando Furlan, em que enfocávamos a inovação como centro das novas diretrizes. Depois de lembrar que, nos últimos 25 anos, o Brasil só teve políticas fragmentadas para o setor, destacamos que os poucos recursos públicos não foram utilizados dentro de um planejamento capaz de integrar as ações do Governo, das empresas, dos institutos de pesquisa e das universidades.

Hoje, o desafio ainda perdura. Para vencê-lo, temos de concentrar os limitados recursos financeiros públicos e canalizá-los para áreas prioritárias; atrair o interesse dos industriais para as vantagens da pesquisa industrial; sincronizar as atividades da universidade, dos institutos de pesquisa e da indústria; aumentar o número e melhorar a capacitação dos técnicos, pesquisadores e cientistas; facilitar e reduzir o ônus da utilização de produtos e processos patenteados, entre outras medidas.

O Brasil tem condições de caminhar neste rumo, porque passos gigantescos já foram dados neste sentido. Esse espírito – o espírito da integração – foi o dos empreendedores e pesquisadores responsáveis pelo sucesso de empresas como a Petrobras e a Embraer. O domínio da mais alta tecnologia de captação de petróleo em alto mar encontra-se nas mãos de brasileiros. As aeronaves que disputam mercados nos quatro cantos do Mundo são projetadas e construídas no Brasil. O extraordinário desempenho da agricultura de exportação em muito resulta do acúmulo de décadas de pesquisa da Embrapa.

No entanto, apesar de exemplos que poderia passar a descrever, é necessário reconhecer que o País ainda não é um grande produtor e exportador de tecnologia. O Brasil tem o maior número de cientistas e o maior sistema de pesquisa científica da América Latina. Os pesquisadores brasileiros já respondem por 1,5% da publicação mundial de artigos em periódicos especializados. Mas nos falta o esforço da transformação desse conhecimento em tecnologia nacional. Ressentimo-nos de um parque industrial investidor na pesquisa tecnológica dos processos de produção e de produtos finais. As instituições públicas respondem por mais de 60% dos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

A produção brasileira de conhecimento protegido, como, por exemplo, patentes de invenção, é irrisória. Passa despercebida quando comparada aos países desenvolvidos e ainda a outros em desenvolvimento.

A nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior reflete a preocupação do Governo de catalisar, com o apoio da comunidade científica e acadêmica, o potencial latente do setor produtivo brasileiro, gerador de emprego e de renda. E é dentro desta política, que integra esforços de várias áreas do Governo, que o Ministério da Ciência e Tecnologia contribui com um passo importante para o avanço das mudanças, ao elaborar o projeto de Lei da Inovação, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Ele não representa apenas mudança do marco jurídico-institucional. É principalmente uma alavanca para transformação ainda maior: a da compreensão e absorção da cultura de inovação tecnológica pelo setor produtivo e pelas instituições de pesquisa brasileiras.

A inovação é base para o grande salto que o Brasil está obrigado a dar, de forma que a retomada do desenvolvimento seja sustentável: o salto de um sistema de ciência e tecnologia concentrado nas ações do Governo Federal e de alguns estados da Federação, e em suas instituições de ensino e pesquisa, para um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, com ampla participação de agentes públicos e privados e presença em todas as regiões e setores.

A atenção que o Governo dá à inovação não significa, senhor presidente Krieger e senhores acadêmicos, tratamento secundário à pesquisa básica. Sem ela não haverá acumulação de conhecimento científico sob domínio nacional, nem esforço continuado na formação de recursos humanos cada vez mais qualificados. No momento, ao lado do Congresso Nacional, o Ministério analisa formas de reforçar o FNDCT, fundamental para o fomento da pesquisa básica no País.

Foi esse – a articulação da pesquisa básica com a inovação – o caminho trilhado por todos os países que hoje lideram o desenvolvimento científico e tecnológico mundial. É este o caminho que será trilhado pelos países que serão os líderes de amanhã.

Há poucos dias retornei à China, integrando a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com 1,3 bilhão de habitantes e apenas 10 por cento do território agricultável, a China em 25 anos quadruplicou o seu Produto Interno Bruto e é hoje um fenômeno econômico. Várias razões explicam esse desempenho. Mas entre elas está um planejado, sistemático e integrado investimento em ciência, tecnologia e inovação, capaz de transformar em produtos, trabalho e renda o conhecimento gerado nas unidades de pesquisa.

Em Beijin, presidente Krieger, tive a honra de ouvir, do presidente da Academia de Ciências da China, as palavras mais elogiosas ao trabalho feito pelo senhor e a sua diretoria em favor do intercâmbio e da cooperação entre cientistas chineses e brasileiros. Trata-se de ação fundamental, que vem a se somar ao trabalho do Ministério das Relações Exteriores pela inserção soberana e solidária do Brasil no Mundo.

Ao encerrar, quero, em meu nome, e em nome dos integrantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, parabenizar um a um os novos acadêmicos. O ingresso nesta Casa de ciência culmina décadas de trabalho e traduz o reconhecimento de pares notáveis por seu saber. A Academia Brasileira de Ciências se enriquece. E se enriquece a Nação brasileira, por ver-se aqui firmemente representada por mulheres e homens comprometidos com a realização das nossas mais profundas esperanças.

Muito obrigado pela atenção de todos.

[▲ Voltar ao topo](#)

